



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 24 de agosto de 2012. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	2012		2011		Passivo	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011
Circulante	2.315.052	1.162.350	1.649.836	875.750	Circulante	1.649.836	875.750	336.923	396.642
Disponibilidades	1.816	793	546	404	Depósitos à vista	546	404	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	420.912	47.272	248.278	248.278	Depósitos interfinanceiros	248.278	248.278	-	-
Aplicações em mercado aberto	172.768	17.988	88.099	147.362	Depósitos a prazo	88.099	147.362	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	248.144	29.274	2.356	5.597	Captações no Mercado Aberto	2.356	5.597	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	486.224	775.411	28.844	16.108	Carteira própria	28.844	16.108	-	-
Carteira própria	207.086	711.294	-	-	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-
Vinculados a compromissos de recompra	-	5.616	-	-	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares	-	-	-	-
Vinculados a prestação de garantias	224.960	54.975	-	-	Obrigações por Empréstimos	1.201.821	394.944	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	54.178	7.526	-	-	Empréstimos no exterior	1.201.821	394.944	-	-
Relações Interfinanceiras	269	263	13.814	37.809	Obrigações por Repasses do Exterior	-	-	-	-
Créditos vinculados:					Repasses do exterior	-	-	-	-
Depósitos no Banco Central do Brasil	16	171	13.814	37.809	Instrumentos Financeiros Derivativos	13.814	37.809	-	-
Correspondentes	253	92	13.814	37.809	Outras Obrigações	66.078	24.438	-	-
Operações de Crédito	104.518	78.592	55.018	3.889	Carteira de câmbio	55.018	3.889	-	-
Operações de crédito - setor privado	104.589	85.006	11.977	11.977	Fiscais e previdenciárias	3.394	11.977	-	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(71)	(6.414)	17	17	Negociação e intermediação de valores	17	17	-	-
Outros Créditos	1.300.847	255.780	6.649	8.553	Diversas	6.649	8.553	-	-
Carteira de câmbio	1.234.089	243.236	502.454	134.362	Exigível a Longo Prazo	502.454	134.362	-	-
Rendas a receber	11	1.018	350.492	350.492	Depósitos	350.492	350.492	-	-
Negociação e intermediação de valores	46.711	804	441.994	11.691	Depósitos a prazo	441.994	11.691	-	-
Diversos	20.981	23.001	441.994	11.691	Obrigações por Repasses do Exterior	-	-	-	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(945)	(12.279)	-	-	Repasses do exterior	-	-	-	-
Outros Valores e Bens	466	239	-	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	10.892	11	-	-
Outros valores e bens	25	7	-	-	Outras Obrigações	49.568	36.019	-	-
Despesas antecipadas	441	232	38.372	26.564	Fiscais e previdenciárias	38.372	26.564	-	-
Realizável a Longo Prazo	384.815	377.683	11.196	9.455	Diversas	11.196	9.455	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	168.223	890	484	Resultados de Exercícios Futuros	890	484	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	168.223	890	484	Resultados de exercícios futuros	890	484	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.858	550.790	534.019	Patrimônio Líquido	550.790	534.019	-	-
Operações de Crédito	-	268.656	350.492	350.492	Capital:	-	-	-	-
Operações de crédito - setor privado	-	268.656	350.492	350.492	De domiciliados no exterior	350.492	350.492	-	-
Outros Créditos	-	103.301	74.125	74.125	Reserva de capital	-	-	-	-
Diversos	-	103.301	74.125	74.125	Reserva de lucros	177.514	157.442	-	-
Permanente	-	4.103	4.582	4.582	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	-	(481)	-	-
Investimentos	-	249	249	249	Lucros acumulados	22.784	26.566	-	-
Outros investimentos	-	249	249	249					
Imobilizado de Uso	-	3.779	4.327	4.327					
Outras imobilizações de uso	-	11.994	11.005	11.005					
(-) Depreciações acumuladas	-	(8.205)	(6.678)	(6.678)					
Intangível	-	73	-	-					
Ativos Intangíveis	-	97	-	-					
(-) Amortização acumulada	-	(24)	-	-					
Diferido	-	2	6	6					
Gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas	-	783	783	783					
(-) Amortização acumulada	-	(781)	(777)	(777)					
Total do Ativo	2.703.970	1.544.615	Total do Passivo	2.703.970	1.544.615				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital social		Reserva de lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de capital	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	347.132	3.360	23.552	132.492	(241)	-	506.295
Aumento de capital	3.360	(3.360)	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	-	(240)	-	(240)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	27.964	27.964
Constituição de reserva legal	-	-	1.398	(1.398)	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2011	350.492	-	24.950	132.492	(481)	26.566	534.019
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	350.492	-	26.084	150.231	-	23.983	526.807
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	23.983	23.983
Constituição de reserva legal	-	-	1.199	(1.199)	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	350.492	-	27.283	150.231	-	22.784	550.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

ING Bank N.V., Filial de São Paulo (Filial), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, a qual possui a totalidade do capital da Filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consultadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2011 do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	1.816	793
Disponibilidades	172.768	17.988
Aplicações interfinanceiras de liquidez	174.584	18.991
Total	347.132	3.360

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Em 30 de junho de 2012 e 2011 não havia títulos classificados como mantidos até o vencimento.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizados como instrumento de proteção (hedge) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar características de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado** - Destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.
- **Hedge de fluxo de caixa** - Destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2012 e 2011, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais, são demonstrados pelo seu valor de custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

O diferido remanescente, conforme Resolução nº 3.617/08 do BACEN, e o intangível são representados por gastos com aquisição e desenvolvimento de "softwares", amortizados no prazo de cinco anos ou em função dos respectivos prazos contratuais.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em semestres anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

Os ganhos tributários do Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

j) Ajuste de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro-rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

• **Risco de mercado** - A área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada à Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do "Value at Risk", aplicação de "Stress Testing" com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração do Banco, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pelo Banco;

• **Risco de crédito** - As exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira da contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições de mercado de atuação, reputação dos administradores, bem como limites de crédito estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros;

• **Risco de liquidez** - As exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas por meio da simulação de cenários nas condições de liquidez e manutenção de limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros; e

• **Risco operacional** - A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.383/08 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado e de crédito estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.477/09 do BACEN são divulgadas no site da instituição na internet, no endereço <http://www.ing.com.br>

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações compromissadas no montante de R\$ 172.768 (R\$ 17.988 em 2011) lastreadas em títulos públicos e vencimentos em até três meses, e certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) no montante de R\$ 248.144 (R\$ 197.497 em 2011) com vencimentos em até 1 ano, sendo que deste montante R\$ 1.258 refere-se a CDI em garantia de operações de derivativos.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado, e a segregação por faixas de vencimento, estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2012			Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado		
Carteira própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	168.892	28.513	197.405	196.960	
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	9.680	9.680	9.177	
Total	168.892	3			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de Reais)

d) Movimentação da provisão

Provisão	2012	2011
Saldo Inicial	24.067	18.176
Constituição	514	2.107
Realização	(23.565)	(2.230)
Saldo final	1.016	18.693

Em 30 de junho de 2012, R\$ 6.735 das reversões ocorridas, refere-se a provisões baixadas para prejuízo.

9 CARTEIRA DE CÂMBIO

A composição da carteira de câmbio está demonstrada como segue:

Carteira de câmbio	2012		2011	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	1.192.922	-	240.546	-
Direitos sobre venda de câmbio	25.649	-	15.518	-
Rendas a receber de adiantamento concedido	15.518	-	2.690	-
Total	1.234.089	-	243.236	-
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	24.724	-	250.158	-
Obrigações por compra de câmbio	1.077.261	-	(246.267)	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.046.968)	-	-	-
Total	55.017	-	3.889	-

10 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A composição de "Outros créditos - diversos" está demonstrada como segue:

Créditos diversos	2012		2011	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários				
Impostos e contribuições (Nota 19)	11.969	15.545	12.810	14.122
Impostos a compensar	6.095	24.326	8.997	18.813
Depósitos judiciais (Nota 16d)	-	58.978	-	42.683
Adiantamentos a funcionários e terceiros	298	-	105	-
Diversos	2.619	4.452	1.089	507
Total	20.981	103.301	23.001	74.125

11 DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Sem vencimento	2012			Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Depósito à vista	546	-	-	546
Depósito interfinanceiros	-	248.278	-	248.278
Depósito a prazo	40.093	48.005	441.994	530.092
Captações no mercado aberto	-	2.356	-	2.356
Total por faixas de vencimento em 2012	546	42.449	296.283	441.994
Total por faixas de vencimento em 2011	404	35.784	366.051	413.930

12 RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Em 30 de junho de 2012 são compostos por Letras de Crédito do Agronegócio no valor de R\$ 28.844 (R\$ 16.108 em 2011) com vencimentos em até 3 meses, lastreadas por ACC.

13 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 575.941 (US\$ 152.037 em 2011), à taxa de juros de até 6,32% a.a., e vencimentos até maio de 2013 e linha de crédito com a matriz no montante de US\$ 14.700 (US\$ 101.083 em 2011).

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição de Outras obrigações fiscais e previdenciárias está demonstrada como segue:

Obrigações fiscais e previdenciárias	2012		2011	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	912	-	1.308	3.615
Imposto de renda e contribuição social	-	-	10.669	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 16c)	-	28.446	-	22.949
Impostos e contribuições diferidos	2.482	9.926	-	-
Total	3.394	38.372	11.977	26.564

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

A composição de "Outras obrigações - diversas" está demonstrada como segue:

Obrigações diversas	2012		2011	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	3.855	1.463	5.165	611
Provisão para contingências (Nota 16b)	-	8.736	-	8.166
Diversos	3.794	997	3.388	678
Total	7.649	11.196	8.553	9.455

16 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) **Ativos contingentes:** em 30 de junho de 2012 e 2011, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2012 e 2011, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2011	Adições	Reversões	30/06/2012
Trabalhistas	2.445	130	87	2.488
Outras - BACEN	6.006	119	-	6.125
Cíveis	105	18	-	123
Total	8.556	267	87	8.736
	31/12/2010	Adições	Reversões	30/06/2011
Totais passivos contingentes	7.874	292	-	8.166

b.1) **Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão:** a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela Administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 17 milhões. Foi apresentada impugnação na DRJ, ainda pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 17 milhões. Foi apresentado recurso voluntário no CARF, ainda pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de Imposto de Renda e Contribuição Social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 7 milhões. Foi apresentado recurso voluntário no CARF, ainda pendente de julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 18 milhões.

c) **Obrigações legais:** representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionadas à contribuição Social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14).

d) **Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante de R\$ 25.152 (R\$ 21.504 em 2011), multa sobre operação de câmbio, no montante de R\$ 5.945 (R\$ 6.131 em 2011) e depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos semestres de 1989 até 1991, no montante de R\$ 3.650. O saldo remanescente é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

17 OPERAÇÕES VINCLULADAS

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos vinculados	393.256	-	3.900	-
Empréstimos do exterior	-	392.522	(2.560)	57.064
Total	393.256	(392.522)	(1.660)	57.064

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Filial corresponde a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Em 29 de novembro de 2010, o Comitê Executivo da Matriz do ING Bank N.V. de Amsterdã - Holanda aprovou o aumento do capital destacado para a Filial Brasileira em € 1.438 mil, equivalentes em moeda nacional a R\$ 3.360, em função da capitalização das reservas de capital. O aumento de capital da Filial de R\$ 347.132 para R\$ 350.492 foi aprovado pelo BACEN em 23 de fevereiro de 2011 e publicado no Diário Oficial da União em 25 de fevereiro de 2011.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial constituiu créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 27.218.

Adicionalmente, há registrado um valor de R\$ 296 referente a Crédito Tributário de CSLL (art. 18º da MP 2.158-35). Não houve movimentação deste no semestre findo em 30 de junho de 2012. As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2012 estão demonstradas a seguir:

Créditos Tributários Diferidos	31/12/11		Adições	Baixas	30/06/12
	31/12/11	Adições			
Contribuição Social - Art. 18 da MP 2.158-35	296	-	-	-	296
Outras provisões temporárias	24.513	6.798	20.070	11.241	15.977
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	8.266	7.711	-	-	15.977
Outras provisões temporárias (passivas)	(2.078)	(37.440)	(27.110)	(12.408)	(66.036)
Total	30.997	(22.931)	(7.040)	15.106	14.810

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2012 está demonstrado a seguir:

Realização do Crédito Tributário	2012	2011
Ano calendário 2012	9.192	-
Ano calendário 2013	2.772	-
Ano calendário 2014	73	-
Ano calendário 2015	174	-
Ano calendário 2016	2.599	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	14.810	-

Em 30 de junho de 2012, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 13.324 (R\$ 22.369 em 2011), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

A apuração do resultado de imposto de renda e contribuição social está demonstrada como segue:

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	40.418	40.418	45.614	45.614
(-) Participações nos resultados temporários	(545)	(545)	(368)	(368)
Impostos ajustados	39.873	39.873	45.246	45.246
Adições ou exclusões temporárias	(59.472)	(59.472)	(8.263)	(3.915)
Adições ou exclusões permanentes	322	322	70	70
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	(11.116)	(12.420)
Base tributável	(19.277)	(19.277)	25.937	28.981
IR (aliquota de 15%) e CS (aliquota 2009 - 15%)	-	-	(3.891)	(4.347)
Adicional de IR (aliquota de 10%)	-	-	(2.582)	-
Redução de imposto por incentivos	-	-	151	-
Outros ajustes	-	-	87	(11)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	(6.235)	(4.358)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(6.235)	(4.358)
Resultado da marcação a mercado	(2.081)	(2.081)	325	325
Provisões não dedutíveis temporariamente	21.117	21.117	10.947	7.984
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(19.277)	(19.277)	10.054	12.451
Outras diferenças temporárias	39.968	39.968	(4.392)	(4.392)
Imposto de renda e contribuição social diferido	39.727	39.727	16.934	16.368
Resultado líquido	9.932	5.959	4.234	2.455

20 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/passivo	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades	-	1.528	-	483
Rendas a receber	-	-	-	11
Outros créditos - adiantamentos	-	28	-	18
Outros créditos - câmbio	-	777.855	-	240.546
Depósitos à vista	-	(546)	-	(404)
Depósitos interfinanceiros	-	(248.278)	-	(242.835)
Depósitos a prazo	-	(598)	-	(1.783)
Obrigações por operações compromissadas	-	(2.357)	-	(5.597)
Empréstimos no exterior	-	(959.358)	-	(481.797)
Outras Obrigações - Câmbio	-	(30.294)	-	(3.889)
Recargas (despesas)	(222)	(222)	1.406	1,406
Resultado de câmbio	-	8.093	-	14.176
Outras receitas operacionais	-	(18)	-	(100)
Despesas de depósitos a prazo	-	(232)	-	(325)
Despesas com depósitos interfinanceiros	-	(11.028)	-	(12.797)
Resultado de empréstimos no exterior	-	(73.034)	-	53.307
Resultado obrigações com banqueiros exterior	-	(1.468)	-	26

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o semestre findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 1.297 (R\$ 1.295 em 2011) de remuneração fixa, e de R\$ 1.735 (R\$ 1.163 em 2011) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

21 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 147.654 (R\$ 55.961 em 2011).
- b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2012, o valor do patrimônio de referência exigido (PRE) correspondia a 25,77% do valor do patrimônio de referência ajustado (11,02% em 2011).
- c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 30 de junho de 2012 totalizaram R\$ 220 (R\$ 153 em 2011).
- d) Outras despesas administrativas correspondem basicamente a despesas de processamento de dados R\$ 2.597 (R\$ 1.915 em 2011), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 252 (R\$ 338 em 2011), aluguel R\$ 1.615 (R\$ 1.390 em 2011), serviços técnicos especializados R\$ 1.593 (R\$ 1.231 em 2011), serviços de terceiros R\$ 1.004 (R\$ 709 em 2011), despesas com comunicação R\$ 453 (R\$ 489 em 2011) e despesa com manutenção e conservação R\$ 585 (R\$ 444 em 2011).
- e) Outras receitas operacionais correspondem basicamente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 8.247 (R\$ 14.288 em 2011), reversão de provisão de gratificação R\$ 2.131 (R\$ 2.917 em 2011), atualização de depósito judicial R\$ 3.185 (R\$ 2.304 em 2011) e em 30 de junho de 2011 variação cambial sobre obrigação em moeda estrangeira R\$ 56.620.
- f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente à reclassificação de variação cambial sobre aplicações em moeda estrangeira R\$ 2.254 (R\$ 5.511 em 2011) e atualizações de riscos fiscais R\$ 2.268 (R\$ 569 em 2011).

A DIRETORIA

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)**
Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude